

ESCREVENDO A CULTURA: A ETNOGRAFIA PÓS-MODERNA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ígora Irma Santos Dácio¹
Joyce Otânia Seixas Ribeiro²

Resumo

Este artigo trata do método da etnografia pós-moderna utilizado na pesquisa sobre identidades de gênero na educação infantil; e tem como objetivo discutir a teoria e os procedimentos de pesquisa. O referencial teórico utilizado transita por autores que discutem os Estudos Culturais: Hall (1997, 1999, 2003), Johnson (2000); autores/as que debatem etnografia pós-moderna: Clifford (1998), Marcus (2004), Jordão (2004), Caldeira (1988), Ribeiro (2013a, 2013b). O artigo discute a crise epistemológica com Severino (2007) e Kuhn (2006), como contexto de surgimento desse método de pesquisa, bem como os procedimentos e aplicações da etnografia pós-moderna no trabalho de campo. Este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: Inicialmente falaremos da crise da ciência moderna; em seguida apresentaremos a etnografia pós-moderna e seus pressupostos; logo após abordaremos os instrumentos de produção, como as observações, conversações e registro no diário de campo; por fim discutiremos a escritura e a tradução cultural como

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades- PPGCITI (UFPA); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero e Educação (GEPEGE). E-mail: igdacio15@gmail.com

² Professora de Didática da FAECS/Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero e Educação (GEPEGE); Professora do PPEB/ICED/UFPA, na linha de pesquisa *Currículo da Escola Básica*. E-mail: joyce@ufpa.br.



ferramenta inventiva na produção de sujeitos, contextos e significados, na escrita da cultura. Concluimos que a escola (re) produz os estereótipos de gênero, mas as crianças negociam perante os constantes investimentos sobre seus corpos e condutas.

Palavras-chave: Cultura; Gênero; Etnografia pós-moderna; Tradução.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva apresentar o método etnográfico pós-moderno utilizado durante a realização da pesquisa de mestrado, em Cidades, Territórios e Identidades, sobre Identidades de Gênero na Educação Infantil, realizada em 2017/2018. A escolha pela pesquisa etnográfica se deu pelo interesse em representar por meio da escrita a identidade e subjetividade, as características culturais próprias dos sujeitos pesquisados, atravessadas pela própria subjetividade do/a etnógrafo/a, já que o ato da escrita não é neutro e, sim permeado pelas representações do/a pesquisador/a.

O referencial teórico utilizado conta com a contribuição de autores dos Estudos Culturais: Hall (1997, 1999, 2003) e Johnson (2000) que auxiliam na compreensão sobre a interdisciplinaridade proposta pelos Estudos Culturais, bem como da virada cultural como importante fator para o surgimento da etnografia pós-moderna. Do mesmo modo, autores/as que discutem a etnografia pós-moderna, como: Clifford (1998), Marcus (2004), Jordão (2004), Caldeira (1988), Ribeiro (2013a, 2013b).

O trabalho está organizado da seguinte maneira: iniciaremos expondo, de forma breve, a Ciência Moderna e a Crise Epistemológica com a intenção de situar o contexto que possibilitou o surgimento da etnografia pós-moderna; em seguida apontaremos os procedimentos da etnografia pós-moderna: observação conversações e diário de campo; escritura e tradução.

2. A CIÊNCIA MODERNA E A CRISE EPISTEMOLÓGICA

O paradigma científico hegemônico da ciência moderna, nos séculos XVI e XVII, teve por base a utilização do conhecimento científico para esclarecer os fenômenos naturais, e devido aos seus pressupostos filosóficos o homem passou a ser encarado da mesma forma,



como um objeto de conhecimento da ciência, e para seu estudo e compreensão passou a utilizar-se da mesma abordagem aplicada aos fenômenos da natureza. Sendo assim:

O homem seria um ser natural como todos os demais (naturalismo), submisso às mesmas leis de regularidade (determinismo), acessível portanto aos procedimentos de observação, experimentação, mensuração (experimentalismo e racionalismo). (Severino 2007: 111)

A ciência moderna possuiu como principais pressupostos a sistematização, o rigor e a objetividade. Foram seus principais expoentes: Nicolau Copérnico, René Descartes, Galileu Galilei, dentre outros, responsáveis por uma verdadeira revolução da visão teocêntrica para a visão antropocêntrica. A fé, até então tida como fonte de conhecimento e verdade na Antiguidade e na Idade Média, foi substituída a partir do Renascimento pela racionalidade, experimentação e a matematização, a fim de ampliar o conhecimento do homem acerca da natureza e seus fenômenos.

No entanto, no século XX, inicia-se a chamada “Crise dos Paradigmas”, que promoveu uma transformação na crença científica vigente, por meio de novos estudos sobre o fenômeno humano, bem como por questionamentos acerca da validade de um paradigma racionalista e experimental, utilizado em fenômenos naturais, para o estudo e conhecimento do homem, um ser peculiar e complexo.

Dentre esses questionamentos, ressaltam-se os provocados por Thomas Khun que apontou as novas descobertas científicas, a anomalia, que é a inviabilidade do paradigma para atender as carências tanto teóricas quanto metodológicas da pesquisa e a insegurança como princípios para a busca de novas teorias e mudança de paradigma:

Como seria de esperar, essa insegurança é gerada pelo fracasso constante dos quebra-cabeças da ciência normal em produzir os resultados esperados. O fracasso das regras existentes é o prelúdio para uma busca de novas regras (Khun 2006: 95).



Sendo assim, a ciência é movida pelo progresso, ela não possui a pretensão de seus pressupostos serem eternos, mesmo porque nela sabemos que aquilo já produzido se tornará antiquado em um período de dez, vinte ou cinquenta anos (Weber 1972: 12). Os próprios trabalhos científicos por não conseguirem responder certas questões tendem a ser ultrapassados, por outros que irão compreendê-las e lançar novos paradigmas. Até mesmo o termo ciência, de acordo com Kuhn (2006: 203), está reservado em grande parte, para aquelas áreas que progridem de forma óbvia e isso é visível nos debates acerca da cientificidade de uma ou outra ciência social contemporânea.

Diante disso, surgem novos modelos alternativos, posteriormente intitulados “paradigmas qualitativos”, em oposição à razão científica, ao progresso, ao sujeito centrado, autônomo, livre e único, que são pressupostos da ciência positivista e da *Física Social* sugerida por Augusto Comte. De acordo com Severino (2007: 112), esses novos paradigmas não se desvincularam totalmente da tradição positivista, mas enriqueceram-na e aprimoraram-na, levando em consideração as contribuições de outros métodos e abordagens, como o funcionalismo, o estruturalismo, e as que se seguem a eles, como as pós-modernas, pós-estruturalistas e pós-críticas.

Nesse contexto de crise Epistemológica aliada à “virada cultural” surge a etnografia pós-moderna. Argumenta-se por meio da virada cultural que o falante não pode fixar um significado de forma final, visto que as palavras não possuem um único significado que é aquele atribuído por nós, mas carregam uma infinidade de significações. Sobre isso Hall (1997: 9) argumenta que há um interesse na linguagem como um termo geral para as práticas de representação, sendo dada a ela uma posição privilegiada na construção e circulação do significado.

A virada cultural constitui-se um dos interesses dos Estudos Culturais que tem no discurso, texto e linguagem um importante instrumento para analisar as visões de mundo e as identidades, que ganham contorno por meio da representação que compreende as práticas de significação e sistemas simbólicos, e ajudam a pensar nas questões culturais. Ter a possibilidade de analisar a construção da identidade e da diferença em diferentes sistemas de



significação é também ter a possibilidade de questionar as relações de poder sobre as quais elas se assentam.

3. SOBRE A ETNOGRAFIA PÓS-MODERNA

O método etnográfico tem sua origem nas palavras *ethnos* e *graphein*, que possuem como significado o estudo descrito da cultura de determinado grupo ou povo. A etnografia foi desenvolvida originalmente na antropologia, que por sua vez, teve seu desenvolvimento no contexto da expansão colonial europeia, consolidando-se como o estudo do *outro*, por volta de 1860 a 1920 (Jordão 2004:36).

Tendo como importantes precursores James Clifford e George Marcus, a etnografia pós-moderna valoriza o contexto, o significado e a escritura que “inclui no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual” (CLIFFORD, 1998, p. 21). A adição do pós-moderno deve-se à separação da epistemologia moderna e seus princípios, o pós-modernismo valoriza a mistura, o hibridismo e a mestiçagem de culturas, de modos de vida³ em um mundo globalizado que envolve intensas trocas culturais e econômicas que produzem novas identidades. Sendo assim, “a pesquisa de campo tradicional mostra-se inadequada aos novos temas de investigação da antropologia em um mundo mais complexo, integrado e fragmentado produzido pela globalização”. (MARCUS, 2004, p.1)

Diferentemente da etnografia realista que tem por base uma densa descrição do seu objeto de pesquisa e a tentativa de ocultar a presença do/a pesquisador/a, na etnografia pós-moderna o/a pesquisador/a escreve levando em conta sua subjetividade⁴, uma vez que a escrita não é neutra, mas permeada por suas representações. Embora Marcus (2004, p. 4)

³ O pós-modernismo, de acordo com Silva é um movimento intelectual que proclama que estamos vivendo uma nova época histórica, a pós-modernidade, porém não representa uma teoria coerente e unificada, mas um conjunto variado de perspectivas, abrangendo uma diversidade de campos intelectuais, políticos, estéticos, epistemológicos. (Cf. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Autêntica Editora, 1999)

⁴ A subjetividade diz respeito aos “nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais. Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade” (Cf. Woodward, Kathryn; HALL, Stuart. Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais. Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Editora Vozes: 12ª Ed.



defenda que o propósito realista na pesquisa não é tanto uma coisa má ou condenável, essa é uma dimensão inevitável ou até mesmo desejável no trabalho intelectual, principalmente na etnografia.

A escritura etnográfica é o resultado da tradução cultural que ocorre através da interpretação realizada pelo/a etnógrafo/a das informações coletadas no ato da produção do texto escrito. Ela é produzida no diário de campo que se constitui em uma importante ferramenta para as anotações das experiências, fatos concretos, acontecimentos, reflexões, comentários e suas análises posteriores, bem como as conversações, os comentários e reflexões acerca dos sujeitos da pesquisa.

Para Clifford (1998, p. 38) a cultura é o todo que se constitui em relação com as partes, o que implica dizer que para a apreensão de informações é necessário inferir por partes, tendo essas partes que ser separadas “conceitual e perceptualmente do fluxo da experiência”. Nesse sentido, é exigida na escritura a presença do/a autor/a, bem como sua interação com outros sujeitos e as diversas vozes da pesquisa a fim de “capturar a mobilidade e o movimento da oralidade” segundo Ribeiro (2013a, p. 150):

Apesar dos etnógrafos pós-modernos não negarem a voz do etnógrafo, para estes, a escritura se constitui em uma forma de escrita a partir da troca e da interação entre muitas vozes que precisam ter o mesmo peso na relação de força na escrita, pois, ao final, na tradução da experiência por meio da escrita, a voz do etnógrafo estará saturada por outras subjetividades, em um fazer intersubjetivo.

Dessa forma, a textualização na etnografia necessita de um movimento circular que isola e depois contextualiza um fato ou evento em sua realidade englobante e então: “Um modo familiar de autoridade é gerado a partir da afirmação de que se estão representando mundos diferentes e significativos. A etnografia é a interpretação das culturas” (CLIFFORD, 1998, p. 38). A autoridade etnográfica se constitui, assim, pela capacidade da produção de dados em que o/a pesquisador/a baseia o seu conhecimento na experiência com outra cultura.



Cabe ressaltar que a concepção de cultura, aqui utilizada, tem por base os Estudos Culturais, onde ela é um meio para compreender os diferentes contextos sociais e políticos, bem como para visibilizar as relações de poder existentes nas práticas sócio-culturais. Os Estudos Culturais concebem a cultura como um campo de luta, onde há uma disputa entre os indivíduos de diferentes grupos por maior representatividade no meio social. Nele são abordadas importantes questões como a cultura e a identidade e sua ressignificação.

Nesse sentido, Johnson (2000, p. 101) vê a etnografia nos Estudos Culturais como uma forma privilegiada de análise, quer intelectualmente, quer politicamente. É por meio da etnografia que “as culturas são lidas “textualmente”. Mas elas também têm sido vistas através de uma reconstrução da posição social dos usuários”. Quer dizer, é através da forma textual, que é a escritura, que podemos analisar a cultura, por meio da contextualização que permite a reconstrução dos fatos observados.

A etnografia permite analisar sob uma perspectiva crítica e interpretativa os fenômenos culturais em diferentes contextos e, portanto, o desenvolvimento da ciência etnográfica não pode, em última análise, ser compreendido separado de um debate político-epistemológico mais geral sobre a escrita e a representação da alteridade (CLIFFORD, 2008, p. 20), que é o reconhecimento do *outro*, bem como o entendimento da diversidade pelo/a etnógrafo/a e seus/suas interlocutores/as.

A etnografia se constitui em um importante método para observar e explicar o cotidiano, e para conhecer os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, a seguir, me deterei na discussão sobre a Observação, Conversações e Diário de Campo, elementos-chave na etnografia pós-moderna.

4. 3.1 OBSERVAÇÃO, CONVERSÇÕES E DIÁRIO DE CAMPO

A pesquisa etnográfica permite o uso da observação participante, pois: “a ideia que legitima o método é a de que apenas através da imersão no cotidiano de uma outra cultura o



antropólogo pode chegar a compreendê-la” (CALDEIRA, 1988, p. 136). Por conta disso, o trabalho de campo exige um grande envolvimento por parte do/a pesquisador/a no ambiente a ser pesquisado e em seu cotidiano.

O cotidiano, nesse sentido, assume um lugar de destaque, pois diz respeito às relações presentes no dia a dia, permitindo uma reflexão ao que se tem como comum, ao invisível que por ser rotineiro muitas vezes acaba por ser banalizado. No entanto, o cotidiano tem a possibilidade de revelar uma gama de informações que compõem as relações sociais e que por serem naturalizadas são desvalorizadas. Nele são focalizados os sujeitos comuns e não as grandes figuras, de grandes nomes e cargos, uma vez que: “Os projetores abandonaram os atores donos de nomes próprios e de brasões sociais para voltar-se para o coro dos figurantes amontoados dos lados, e depois fixar-se enfim na multidão do público” (CERTEAU, 1998, p. 57).

Sendo assim, por meio da observação participante, ou pesquisa participante⁵, o/a etnógrafo/a passa a fazer parte daquele ambiente, onde ele/a tem a oportunidade de produzir informações, de interagir com os sujeitos da pesquisa compartilhando experiências, que “ocorre pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado. Obtém informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos” (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 75)

A observação participante configura a autoridade etnográfica, pois o/a pesquisador/a se torna o próprio instrumento de observação, baseando seu conhecimento em sua experiência, por meio do: "você está lá... porque eu estava lá". Logo:

A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto em termos intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de

⁵ De acordo com Severino é “aquela em que o pesquisador, para a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. O pesquisador coloca-se numa postura de identificação com os pesquisados” (SEVERINO, 2007, p. 120).



envolvimento direto e conversação, e frequentemente um “desarranjo” das expectativas pessoais e culturais (CLIFFORD, 1998, p. 20)

Diante disso, outro aspecto que compõe a etnografia são as conversações que se dão por meio de uma comunicação acolhedora e respeitosa. Contrariamente às entrevistas em que os sujeitos são bombardeados por perguntas e possui caráter formal, com questionamentos pré-estabelecidos, na etnografia pós-moderna se constitui como um processo livre e fluido, onde há o “diálogo que se caracteriza como uma atividade, não somente científica, mas de confraternização e solidariedade humana” (JORDÃO, 2004, p. 48).

As conversações são responsáveis pelas múltiplas vozes que compõem a escrita etnográfica, incluindo a presença do/a pesquisador/a, através delas o *outro* ganha vida. É por meio desta interação que os sujeitos da pesquisa se manifestam e que ocorrem as trocas, que são negociadas, entre eles e o/a pesquisador/a.

No entanto, vale ressaltar que, em alguns momentos, nas conversações há a possibilidade de resistência por parte dos sujeitos envolvidos, visto que o/a pesquisador/a, enquanto o *outro*, sujeito que não faz parte daquele cotidiano, pode ser visto com desconfiança e certo desprezo. Isto ocorre pela posição ocupada pelo/a etnógrafo/a e também pode ser causado pelo ato de produzir anotações no diário de campo que causam receio, inibindo conversações e comportamentos. Nesse sentido, a relação entre sujeito e objeto é “atravessada por relações de poder, logo, fluida e conflituosa, cúmplice e negociada” (RIBEIRO, 2013b, p. 42).

As conversações são materializadas no diário de campo, técnica inicialmente utilizada na antropologia, que consiste em uma ferramenta para o registro das informações adquiridas na pesquisa. Ele é composto pela parte descritiva e reflexiva. A primeira pela descrição dos sujeitos, das conversações, do ambiente pesquisado e do comportamento dos sujeitos da pesquisa. A segunda, de caráter reflexivo, resulta da observação dos aspectos citados, aliada à análise decorrente da metodologia, teorias, representações, portanto, pela subjetividade do/a pesquisador/a.



Por meio da escrita no diário de campo o/a etnógrafo/a textualiza e contextualiza suas observações, conversações, inclui seu olhar, suas percepções acerca do ambiente e dos sujeitos da pesquisa. O diário de campo facilita criar o hábito de escrever e observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 76). Nele são sistematizados os dados coletados, juntamente com a interpretação que o/a pesquisador/a fará deles, através da escritura e tradução, como discutirei a seguir.

3.2 ESCRITURA E TRADUÇÃO

A escritura na pesquisa etnográfica, como anteriormente apontada, é o que diferencia a etnografia realista, que possui foco principalmente descritivo, da etnografia pós-moderna que se constitui em “uma forma de escrever sobre a cultura, o que leva a uma permanente preocupação como os modos de traduzir as informações produzidas pela experiência e a melhor forma de comunicá-las” (RIBEIRO, 2013b, p. 23). Não é um processo fácil, pois é entrecortado pelas inúmeras identidades e subjetividades que compõem o/a pesquisador/a.

É importante ressaltar que a escritura na etnografia não é neutra ou até mesmo inocente, pois ela é atravessada pela subjetividade do/a etnógrafo/a, por suas representações acerca de determinado contexto e objeto de pesquisa. Sendo assim, se organiza como uma “atividade não controlada e multisubjetiva, ganha coerência por meio de atos específicos de leitura” (CLIFFORD, 1998, p. 54), ela permite a multiplicidade de leituras, dependendo do significado estabelecido.

Uma vez que a etnografia pós-moderna requer no mínimo uma tradução da experiência para a forma textual, cabe esclarecer que a experiência é o período que o/a pesquisador/a realiza a pesquisa de campo, é o período de observação, de conversações, de coletar informações:

É fonte de conhecimento e requer intuição, percepção aguçada, sensibilidade e capacidade de rememorar. Por meio da experiência intensa e prolongada em campo, é possível visualizar ocorrências habituais e



ocasionais, além de perceber, sentir e intuir sobre gestos e atitudes, eventos e cenários. (RIBEIRO, 2013a, p. 71)

Relacionada à escritura encontra-se a tradução cultural que vem sendo utilizada pela antropologia desde fins do século XIX, e diz respeito ao trabalho interpretativo que o/a autor/a fará após o período da pesquisa de campo, em que ele/a compartilha do cotidiano do *outro*, de suas vivências, seus conceitos. Após se afastar do campo de pesquisa, em seu gabinete, ele/a analisa, organiza, sistematiza e reflete sobre as informações adquiridas, a partir de sua própria intersubjetividade, que compreende a subjetividade do/a autor/a aliada à subjetividade do grupo pesquisado.

A tradução e a escritura encontram-se intimamente ligadas, visto que a escritura intermediada pelo/a etnógrafo/a, promoverá a tradução dos relatos, dos diálogos realizados entre pesquisador/a – pesquisado/a em um discurso que de forma alguma se estabelece como fala de personagens inventadas. Além do mais, ainda que se modifiquem os nomes, quando há essa necessidade, os/a informantes continuam sendo indivíduos específicos e com nomes próprios (CLIFFORD, 1998, p. 52).

No entanto, pode-se dizer que a escritura etnográfica inventa “conhecimentos, sujeitos e significados”, pois o processo de tradução é criativo, é o resultado do entrelaçamento de diversas subjetividades. Por conta da ação dessas subjetividades, a escrita na etnografia pós-moderna não é uma tarefa simples ou de fácil realização, “não é asséptica, é negociada em meio às relações de poder, logo, envolve no mínimo duas subjetividades” (RIBEIRO, 2013a, p. 149). Ela se dá em um cenário onde as identidades lutam por representação, que é o meio pela qual elas se constroem e constroem as identidades do *outro*.

Logo, afirmar que a escritura etnográfica é negociada significa ter em mente que a pesquisa de campo, assim como outras, apresentará dificuldades, como a omissão de informações ou a negação de colaborar na pesquisa. E certamente essas dificuldades “contaminam a tradução” (RIBEIRO, 2013a, p. 71) que o/a etnógrafo/a fará em seu relato escrito, visto que ele/a “se interroga sobre os limites da sua capacidade de conhecer o outro,



procurar expor no texto as suas dúvidas, e o caminho que o levou à interpretação, sempre parcial” (CALDEIRA, 1988, p. 133), muito particular dele/a.

Enfim, a escritura etnográfica requer a polifonia, em que o/a pesquisador/a dá voz aos/às interlocutores/as, porém ele/a não desaparece ou se ausenta na análise e exposição dos dados a fim de garantir a objetividade ou até mesmo neutralidade da pesquisa, até mesmo porque ele/a é o/a produtor/a de seus dados. Nessa escritura há justamente a exigência da presença do/a etnógrafo/a entrelaçando sua subjetividade à dos sujeitos pesquisados de forma equilibrada, onde seja visível a presença de ambos, caso contrário a escritura etnográfica transformar-se-ia em um romance ou texto ficcional.

A ausência do/a pesquisador/a no método etnográfico configura-se em uma faceta irrealizável, no que Caldeira (1988, p. 134) denomina como presença ambígua, onde o antropólogo “precisa, ao mesmo tempo, mostrar-se (revelando a experiência pessoal) e esconder-se (garantindo a objetividade)”. Mostrar-se e esconder-se, nesse sentido, são formas contraditórias de elaborar a etnografia, pois a escritura é permeada pelas representações do/a pesquisador/a e na realização da pesquisa há o contato, há trocas, conversações em que ambos se revelam, não sendo possível mascarar a subjetividade em favor de uma neutralidade científica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etnografia pós-moderna, que surgiu no contexto da crise paradigmática da ciência moderna e da virada cultural, se estabelece como um instrumento para interpretar as culturas. Essa interpretação ocorre por meio da observação participante, conversações e da textualização no diário de campo. O ato de produzir o texto escrito engloba a escritura e a tradução, que estão interligados e permeados pela intersubjetividade do/a etnógrafo/a.

Esse método de pesquisa não se configura como um simples ato de transpor informações de forma clara e objetiva para o papel, ela não possui a objetividade de outros métodos de pesquisa em que o/a pesquisador/a apenas transmite os dados coletados e não se posiciona acerca do mesmo. A etnografia pós-moderna é o resultado de uma negociação,



da interação entre sujeitos diferentes, do diálogo com o *outro* que possui outra compreensão de si e do mundo que o cerca. Esse diálogo é marcado por uma multiplicidade de vozes, de subjetividades, dentre elas a do/a próprio/a pesquisador/a o que torna a tarefa de escritura e tradução ainda mais complexa.

Como vimos, a etnografia pós-moderna surge no contexto de crise da ciência moderna, seu surgimento enquanto método leva em consideração os sujeitos em suas diferenças. Do mesmo modo, abordamos a etnografia pós-moderna enquanto uma escrita crítica e interpretativa dos fatos observados, que por sua vez encontram-se atravessados por relações de poder. Mostramos que esse método toma forma por meio das observações, conversações, materializadas no diário de campo de forma descritiva e reflexiva. Por fim, apresentamos a escritura e tradução como ferramenta inventiva na produção e sujeitos, contextos e significados, na escrita da cultura.

Sendo assim, representar o *outro*, que é uma criação da relação identidade-diferença e deste modo relacionado às relações de poder, pois ter o poder de definir uma identidade é ter também o poder de excluir o que não diz respeito a ela, se apresenta como um grande desafio da etnografia pós-moderna. Desafio este aceito e aplicado na pesquisa sobre Identidades de Gênero na Educação Infantil, que por meio da escritura e da tradução cultural foi se delineando e seus resultados apontaram que a escola (re) produz os estereótipos de gênero, mas as crianças negociam perante os constantes investimentos sobre seus corpos e condutas.

Referências

- Caldeira, T. P. R. 1988. A presença do autor e a pós-modernidade antropológica. **Novos Estudos CEBRAP**. n. 21.
- Certeau, M. 1998. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. 3ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Clifford, J. 1998. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 3ª Edição.
- Gerhardt, T. E.; Silveira, D. T.(Org.). 2009. **Métodos de pesquisa** / coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica –



- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Johnson, R. 2000. **O que é afinal, Estudos Culturais?**/ organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica.
- Jordão, P. 2004. Antropologia Pós-Moderna: uma nova concepção da antropologia e de seus sujeitos. **Revista Iniciação Científica da FFC**. v. 4, n. 1.
- Kuhn, T. S. 2006. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. – 9. Ed. – São Paulo: Perspectiva.
- Hall, S. 1997. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, 22.2: 15-46.
- Marcus, G. E. 2004. O intercâmbio entre arte e antropologia: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo em antropologia. **Revista de Antropologia**, v. 47, n. 1, São Paulo.
- Ribeiro, J. 2013a. Tradução Cultural e Escritura: A *arte do fazer* da etnografia pós-moderna no campo curricular. **A Pesquisa no Baixo Tocantins: Contribuições Teórico-Metodológicas**. Curitiba: Editora CRV.
- _____. 2013b. **A Tradução da Tradição em Práticas Curriculares no Colégio Estadual Paes de Carvalho**. Belém: Universidade Federal do Pará. Tese (Doutorado).
- Severino, A. J. 2007. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez.
- Weber, M. 1972. A ciência como vocação. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1972.

